

## Discípulo e Política

*Publicado no Estado de Minas – 29/02/08*

O discípulo de Jesus é cidadão. Ele sabe que não tem aqui cidade permanente. Vive a vida à procura do que está para vir. Nesta procura, norteia seu caminho pela convicção e compromisso de que é preciso procurar sempre fazer o bem. O discípulo sabe da importância fundamental para a vivência sincera e fecunda de seu seguimento a Cristo Mestre: “Não vos esqueçais da prática do bem e da partilha, pois estes são os sacrifícios que agradam a Deus” (Hb 13,16). Estes sacrifícios incluem o sacrifício de perseverar na promoção do bem e no empenho continuado para que homens e mulheres compreendam e presidam sua conduta por critérios e escolhas no horizonte do amor e da justiça. Conseqüentemente, é inadmissível que um discípulo de Jesus Cristo, justificando cansaço, desista da labuta em prol do bem, particularmente no mundo da política e nas instâncias que influenciam a organização e funcionamentos da sociedade. Cansaço e desilusões existem. O discípulo não pode desistir. Este é seu sacrifício também, inspirado na oferta radical que o seu mestre e Senhor, Cristo Jesus, faz de si para salvar a humanidade. A razão para a labuta pelo bem não é um simples gosto pessoal ou a conveniência das circunstâncias. A fonte que justifica é a pessoa de Cristo na força do seu sacrifício único e insubstituível.

O discípulo é cidadão e tem como horizonte para sua cidadania, além dos valores comuns que a definem no âmbito da sociedade, o Evangelho da Vida. Não se pode fugir dos confrontos e do compromisso com a vida. Sua promoção e defesa dependem visceralmente da prática política. Esta prática política tem que ser iluminada pela fé professada e vivida pelo discípulo. O discípulo cidadão tem, por compromisso de fidelidade, uma cidadania qualificada. Este cansaço, um refrão na boca de muitos, tem no seu reverso as exigências prementes deste momento grave da história da humanidade. O Documento de Aparecida 387 recorda que “a cultura atual tende a propor estilos de ser e viver contrários à natureza e dignidade do ser humano. O impacto dominante dos ídolos do poder, da riqueza e do prazer efêmero se transformou, acima do valor da pessoa, em norma máxima de funcionamento e em critério decisivo na organização social”. Cabe ao discípulo de Jesus participar da desmontagem destas engrenagens que comprometem a vida, o sentido e finalidade da sociedade. Fica evidente que “o fato de ser discípulos missionários de Jesus Cristo para que nossos povos n’Ele tenham vida, leva-nos a assumir evangelicamente, e a partir da perspectiva do Reino, as tarefas prioritárias que contribuem para a dignificação do ser humano e a trabalhar junto com os demais cidadãos e instituições para o bem do ser humano.

O amor de misericórdia para com todos os que vêm vulnerada sua vida em qualquer de suas dimensões, como bem nos mostra o Senhor em todos os seus gestos de misericórdia, requer que socorramos as necessidades urgentes, ao mesmo tempo em que colaboremos com outros organismos ou instituições para organizar estruturas mais justas nos âmbitos nacionais e internacionais. É urgente criar estruturas que consolidem uma ordem social,

econômica e política na qual não haja iniquidade e onde haja possibilidades para todos. Igualmente, requerem novas estruturas que promovam uma autêntica convivência humana, que impeçam a prepotência de alguns e que facilitem o diálogo construtivo para os necessários consensos sociais” (DA 384). É incontestável, pois, que nenhum discípulo pode cansar-se ou desinteressar-se desta sua tarefa política, isto é a construção de uma sociedade justa e solidária. Ainda que cansado, embora caindo aos pedaços, seu compromisso de fé inclui sempre o empenho por uma ordem social e política justa. Não se pode deixar configurar o cenário por apáticos de um lado e os açodados de outro.

O discípulo de Jesus Cristo, cidadão, tem seu lugar próprio e insubstituível. Não é uma luta simples. Ele não pode ser indiferente aos fluxos financeiros mundializados deixados ao sabor do mercado, dando poder ilimitado às instituições financeiras, perdendo horizontes éticos e permitindo fazer valer tão simplesmente os interesses mesquinhos, mesmo quando números e estatísticas revelam progressos e conquistas. Não o são na medida em que aumenta e se torna ainda mais perversa a exclusão. O discípulo cidadão não pode acomodar-se diante de uma justificação do direito de usar e abusar como tem sido na sociedade contemporânea e no seu mercado. Há uma infinidade de situações deprimentes e vergonhosas, desde a corrupção, passando pelos interesses lucrativos e mesquinhos, até a falta de credibilidade de instituições políticas importantes no quadro da vida nacional.

O Santo Padre o Papa Bento XVI, na sua Carta Encíclica ‘Deus Caritas est’, a primeira, sublinha: “A justiça é o objetivo e, conseqüentemente, também a medida intrínseca de toda política. A política é mais do que uma simples técnica para a definição de ordenamentos públicos: a sua origem e seu objetivo estão precisamente na justiça, e esta é de natureza ética. Neste ponto, política e fé se tocam. A fé tem, sem dúvida, a sua natureza específica de encontro com o Deus Vivo – um encontro que nos abre novos horizontes muito para além do âmbito da razão” (DC 28). O discípulo, na missão da Igreja, é chamado a servir a formação da consciência na política, trabalhando para que se cumpram às exigências da justiça, com disponibilidade para agir com base nas mesmas. A sociedade justa é tarefa da política. Nesta sociedade, o discípulo de Jesus é cidadão.

Dom Walmor Oliveira de Azevedo  
Arcebispo metropolitano de Belo Horizonte

## Perfil

Eleições! Um momento importante no âmbito das responsabilidades sociais e políticas. Um convite cidadão ao exercício de uma responsabilidade que tem influências determinantes na vida da sociedade. A seriedade de escolher representantes, e a estes delegar responsabilidades de condução e decisões, é um capítulo muito importante na vivência da cidadania. Esta participação cidadã precisa ser bem contextualizada para garantir percursos mais favoráveis à organização social e política, e à formação de uma cultura mais nobre e transparente para sustentar os funcionamentos todos na sociedade. Sem uma redobrada atenção e uma participação lúcida nos processos eleitorais corre-se o risco de deixar a sociedade deitada e amordaçada no lamaçal da corrupção e de interesses espúrios.

O resultado é a morosidade nas mudanças urgentes para o cenário social e a efetivação de prioridades e procedimentos que desconhecem os mais pobres e o compromisso com a edificação de uma cidadania mais digna para todos. Este interesse cidadão e transparente pela política e por seus desdobramentos, especialmente neste momento das eleições municipais, se contrapõe a certa apatia que atinge grande parte da população.

As instituições que têm credibilidade têm uma grande tarefa de ajudar neste processo de conscientização e participação neste ato de cidadania. Esta apatia ou indiferença são explicáveis pela falta de credibilidade de instituições com influências determinantes neste âmbito e, é claro, em razão do que foi se configurando em termos de se explicar política e seus desdobramentos como hospedaria de falcatruas, ações interesseiras e gosto pelo exercício do poder. Naturalmente, uma compreensão que extirpa a referência importante do entendimento sobre a atuação política como serviço à sociedade, pela conquista de um equilíbrio social sustentado por funcionamentos administrativos e organizacionais honestos e transparentes. Na verdade, no coração do povo está sempre presente o desejo e o sonho de escolher pessoas honestas e capazes, em quem se pode depositar confiança com garantias de fidelidade, seriedade e condução cidadã dos destinos de sua cidade. A história guarda a referência de muitos acontecimentos e nomes de pessoas que foram apontadas para a corrida eleitoral em se considerando a honestidade da conduta e a seriedade na condução da coisa pública.

Não foi raro nesta mesma história a resposta de muitos destes honestos que não aceitaram entrar neste habitat para não correr o risco inevitável de se sujarem. Estas lembranças e todos os outros contornos políticos dos últimos tempos emolduram não muito favoravelmente a confiança de eleitores comprometendo significativamente o exercício importante da vida cidadã no ato de ir às urnas. Neste cenário eleitoral, com estas e outras questões bem complexas, está iniciado o desfile de pessoas e partidos. Em cena estão os embates ideológicos indispensáveis para a configuração de opinião e formatação da compreensão em função das escolhas. Os partidos estão em cena, seus dirigentes e seus afiliados. Não se pode desconsiderar, neste contexto, que “os partidos políticos têm a função de favorecer uma participação difusa e o acesso de todos às responsabilidades públicas. Os partidos são chamados a interpretar as aspirações da sociedade civil orientando-as para o bem comum, oferecendo aos cidadãos a possibilidade efetiva de concorrer para a formação de opções políticas. Os partidos devem ser democráticos no seu

interior, capazes de síntese política e de formulação de projetos”, é o que sublinha enfaticamente a Igreja Católica no seu Compêndio de Doutrina Social, n. 413.

Este horizonte pede algo mais do que simplesmente a configuração de alianças para a garantia de uma contagem de votos que permita este ou aquele candidato a ocupar o lugar do poder na municipalidade. Este embate ideológico é importante. Não basta, no entanto, considerar os programas partidários. Eles são importantes e reveladores das opções e da compreensão que se tem do social e do político. Pode, no entanto, ser apenas um conjunto de intenções no papel. A realidade exige muito mais para exequibilidade do que o que se põe no papel.

O papel aceita tudo, muitos comentam pejorativamente. Então, é importante a discussão que possibilite embates ideológicos; é necessário definir programas de governo, com clareza. Mas, é sumamente necessário pensar o perfil de cada candidato para assumir o exercício da grande responsabilidade de governar. Neste perfil não se pode incluir apenas os elementos que definem competência administrativa. Obviamente, este é um capítulo importante. Neste perfil, é importante conhecer a vida pregressa do candidato. A justiça tem o dever de cumprir bem e corajosamente este papel de informar o eleitor. Não é a informação da propaganda. É a biografia do candidato. A verdade do seu perfil moral.

**Dom Walmor Oliveira de Azevedo**  
**Arcebispo metropolitano de Belo Horizonte**

## Presta Contas

A Igreja Católica, no seu Compêndio de Doutrina Social, n.410, reza: “Aqueles que têm responsabilidades políticas não devem esquecer ou subestimar a dimensão moral da representação, que consiste no empenho de compartilhar a sorte do povo e em buscar a solução dos problemas sociais. Nesta perspectiva, autoridade responsável significa também autoridade exercida mediante o recurso às virtudes que favorecem o exercício do poder com espírito de serviço (paciência, caridade, modéstia, moderação, esforço de partilha): uma autoridade exercida por pessoas capazes de assumir autenticamente, como finalidade do próprio agir, o bem comum e não o prestígio ou a aquisição de vantagens pessoais”. É incontestável e lamentável o déficit desta capacidade moral nos sistemas administrativos, público e privado. Está em falta pessoas de competência moral para o exercício de funções e responsabilidades em vista do bem comum. Este déficit incontestável está revelando o descuido neste imprescindível investimento, a formação da consciência moral cidadã.

A competência moral não cresce e não se consolida na proporção do crescimento das competências em matéria de administração e gestão moderna. Nasce aí os comprometimentos nos funcionamentos, gerando deformações terríveis como a corrupção política, uma das mais graves, corroendo os princípios da moral e as normas da justiça social. Há um comprometimento generalizado do funcionamento do Estado, influenciando negativamente na relação entre governantes e governados. A operação João de Barro, uma de uma vergonhosa série, devassa em municípios pelo desvio de verbas e esquema de favorecimento, no quadro lamentável da orquestração da corrupção, por falta de conduta e envergadura moral, explícita, mais uma vez, “a razão de uma crescente desconfiança em relação à política e aos seus representantes, com o conseqüente enfraquecimento das instituições. A corrupção política distorce na raiz a função das instituições representativas, porque as usa como terreno de barganha política entre solicitações clientelistas e favores de governantes. Deste modo, as opções políticas favorecem os objetivos restritos de quantos possuem os meios para influenciá-las e impedem a realização do bem comum de todos os cidadãos”, diz também o Compêndio da Doutrina Social da Igreja, n. 411.

Compreende-se, como diz o Documento de Aparecida n. 78, este fruto da V Conferência dos Bispos da América Latina e do Caribe, Aparecida 2007, uma das razões mais graves do porque “a vida social em convivência harmônica e pacífica está se deteriorando gravemente em muitos países da América Latina e do Caribe pelo crescimento da violência, que se manifesta em roubos, assaltos, seqüestros, e o que é mais grave, em assassinatos que a cada dia destroem mais vidas humanas e enchem de dor as famílias e a sociedade inteira. A violência se reveste de várias formas e tem diversos agentes: o crime organizado e o narcotráfico, grupos paramilitares, violência comum sobretudo na periferia das grandes cidades, violência de grupos juvenis e crescente violência intra-familiar. Suas causas são múltiplas: a idolatria do dinheiro, o avanço de uma ideologia individualista e utilitarista, a falta de respeito pela dignidade de cada pessoa, a deterioração do tecido social, a corrupção inclusive nas forças da ordem e a falta de políticas públicas de equidade social”. Neste contexto se constata lamentavelmente o enfraquecimento dos partidos políticos. Não estão conseguindo interpretar as aspirações da sociedade civil orientando-a para o bem comum. Os partidos políticos não estão conseguindo, como é próprio de sua identidade e missão,

oferecer aos cidadãos a possibilidade efetiva de concorrer para a formação de opções políticas.

Os partidos políticos se tornam simples plataforma de projetos pessoais e de conchavos em função de garantir a indivíduos a oportunidade e a vez de galgar prestígio e de obter vantagens pessoais. Este fator, contracenando com o uso da máquina administrativa sem probidade, aumenta o desencanto com a política, avolumando o descrédito, com o risco de uma desconsideração pela participação na construção dos destinos da sociedade civil. Está faltando gente com envergadura moral e desenvoltura para prestar contas. Esta incapacidade tem raízes na idolatria do dinheiro e do poder.

O evangelista Lucas, 16, 1-8, conta a parábola do administrador previdente, acusado de esbanjar os bens do seu patrão. Quando ouviu a intimação ‘presta contas da tua administração, pois já não podes mais administrar meus bens’, com medo das conseqüências, como o trabalho duro ou a mendicância, age estultamente, como ‘os filhos deste mundo que são mais espertos que os filhos da luz’, acomodando tudo em vantagem própria e dos seus clientes. Está faltando gente, filhos da luz, transparentes, retos, vida honesta, capazes de prestar conta.

**Dom Walmor Oliveira de Azevedo**  
**Arcebispo metropolitano de Belo Horizonte**

## **Autoridade política**

A autoridade política é uma alavanca indispensável na sustentação do processo de organização da polis. A condição desnordeada da sociedade contemporânea se explica, também, pelo enfraquecimento da autoridade política. Os avanços tecnológicos e as imprescindíveis conquistas científicas, a inteligência dos conceitos modernos de gestão, as metas estabelecidas para a sustentabilidade do planeta e outros tantos aspectos componentes do tecido da organização sócio-política e cultural da contemporaneidade precisam contracenar com a autoridade política. Quem exerce cargos precisa ter, é imprescindível, autoridade política. Ter autoridade política não é o mesmo que ter competência técnica. Não se pode abrir mão de se ter autoridade política. É um risco e uma lacuna terrível no funcionamento da sociedade. Por isso, a crise de lideranças que está assolando a sociedade e suas instituições. Ainda se vive de conceitos envelhecidos de liderança.

É um desafio gestar uma cultura que abriga no seu bojo o entendimento de que o exercício de cargos e o assumir responsabilidades, nas esferas política, social, familiar, religiosa, supõe a competência indispensável de ser e ter autoridade política. Não basta ter sido eleito, indicado ou conquistado um lugar ou assumir responsabilidades no âmbito de qualquer instituição. Além da competência própria intrínseca para aquele exercício, é preciso ter autoridade política. Esta autoridade política no exercício de cargos, funções e responsabilidades tem uma importância insubstituível. Neste exercício está o sentido mais nobre do serviço ao bem e à verdade, o compromisso de edificar o bem comum, e a liberdade de fazer valer, acima de tudo, o bem, sem comprometer a vida desde a concepção até o declínio natural. Aqueles que têm responsabilidades políticas não podem esquecer ou subestimar a dimensão moral da sua representação. Esta dimensão moral é constitutiva da representação e garantia de sua eficácia, enquanto medida no atendimento justo de tudo o que se propõe e é pertinente à responsabilidade assumida e ao cargo desempenhado. Tem, pois, autoridade política, em qualquer âmbito, quem compartilha a sorte do povo, exercendo a responsabilidade como busca permanente de solução dos problemas sociais, e quem não negocia princípios éticos, por mesquinhez, pressões ou falta de embasamento filosófico.

A compreensão contemporânea de gestão pode estar levando ao erro de dispensar o contato direto com a vida do povo, substituído pela mesa de trabalho, por aquilo que circula no escritório e pelas estratégias para o alcance de metas. Esta opção deve estar sendo responsável pelo esvaziamento e pela perda de credibilidade nas muitas instituições que estão a serviço do povo na defesa ética dos direitos, luta pela justiça, na confecção de leis, na formação da consciência social e política. O exercício da autoridade política supõe a coragem de contato permanente com aqueles a quem se serve, exigindo suportar o desafio de embates e o contato direto com seus sofrimentos e lutas. A autoridade moral se conquista mediante o recurso às virtudes que favorecem o exercício do poder com espírito de serviço, sublinha a Doutrina Social da Igreja Católica, tais como paciência, caridade,

modéstia, moderação, esforço de partilha. Isto é, “uma autoridade exercida por pessoas capazes de assumir autenticamente, como finalidade do próprio agir, o bem comum e não o prestígio e a aquisição de vantagens pessoais”. Isto supõe, no momento atual, a recuperação de um altruísmo perdido e pouco exercitado, bem como clareza a respeito de princípios éticos. Sem este altruísmo e sem clareza de princípios e valores será sempre mais difícil superar a corrupção política que corrói o sistema democrático, ao trair os princípios da moral e as normas da justiça social.

A autoridade política tem que estar no horizonte da recuperação e formação de novas lideranças. Do contrário, a administração pública, por exemplo, em qualquer nível, nacional, regional, municipal, não alcançará sua finalidade de servir aos cidadãos. Há uma ordem moral que precisa ser considerada e respeitada. O sujeito da autoridade política é o povo considerado na sua totalidade como detentor da soberania. Se os delegados do povo não têm autoridade moral no exercício de sua autoridade política se tornam princípio de caos, não exarando leis justas em conformidade com a dignidade da pessoa humana e com os ditames da reta razão. Ter autoridade política, ancorada numa ilibada autoridade moral, é condição para colaborar, decisivamente, nas recuperações que a sociedade contemporânea precisa fazer. É hora de lideranças novas, com autoridade moral, para evitar que a vida não continue golpeada por traição vergonhosa de princípios e opção por legislações e práticas que passam por cima da ética da vida. Permanece o desafio: não votar ou optar pelo descarte de seres humanos.

**Dom Walmor Oliveira de Azevedo**  
Arcebispo metropolitano de Belo Horizonte

## O dom da autoridade

A autoridade é um dom. É um dom porque é um instrumento de serviço. Não é um modo de auto-afirmação. É um serviço ao bem comum. Exige respeito à consciência e inclui o desafio de curar a humanidade. A autoridade é, pois, um instrumento indispensável para que a humanidade encontre o caminho de sua cura. Quando a sociedade ou instituições perdem o sentido da autoridade descambam para o fosso da delinquência. O serviço da autoridade como dom tem força para não permitir que pessoas, grupos, instituições e sociedades resvaluem na direção desta delinquência. Esta delinquência é que explica a violência crescente, a indiferença com a dor dos outros, a falta de compaixão, a mesquinhez dos interesses, bem como a tendência quase congênita à desonestidade e corrupção, aos absurdos da relativização de princípios morais gerando a cultura da permissividade e da imoralidade. O dom da autoridade é um instrumento terapêutico importante nesta cura da humanidade. O abandono ou desvalorização deste dom é um risco com conseqüências muito prejudiciais. A recomposição de cenários no contexto cultural, religioso e sócio-político da contemporaneidade tem no dom da autoridade um indispensável instrumento.

Como instrumento, o dom da autoridade recompõe na compreensão e no sentimento de cada pessoa e de sua comunidade o sentido do limite, do respeito, da dignidade, do sentido e do compromisso. Também, a autoridade tem a propriedade de gerar no coração de quem a exerce configurações que mantém e sustentam o sentido do serviço. No coração daqueles que são servidos pela autoridade, exercida como dom, deve estar a capacidade de percepção profunda que faz viver a vida com alegria e liberdade. É incontestável que o caos delinqüente que se acompanha no seio da sociedade contemporânea nasce da falta de autoridade, autoridade vivida como dom, instrumento de serviço e de cura. Este desafio tem nuances diversificadas que revelam e comprovam o esvaziamento da autoridade no seu significado e a superficialidade no seu exercício. É necessário redobrar a atenção para este fenômeno, verificando suas conseqüências no tecido social. Este lamentável esvaziamento da autoridade, obviamente, tem tudo a ver com a incapacidade dos que exercem autoridade.

O exercício da autoridade se configura numa perspectiva moral insubstituível. A moralidade é o alicerce de sustentação de toda autoridade no exercício do seu serviço. É verdade, por isso, que a autoridade moral é ouro. Um ouro que, lamentavelmente, tem sido de pouco apreço por parte dos que exercem, nas diferentes esferas e, com as mais variadas responsabilidades, a sua autoridade. De modo geral, confunde-se a autoridade com o desejo de poder. A conseqüência é esta terrível tendência a autoritarismos e manipulações interesseiras, envolvendo espuriamente a ganância pelo dinheiro e o desejo desmedido de auto-afirmação. Instituições e grupos estão se liquefazendo porque os pares estão numa disputa canina na busca de autoridade como exercício de poder e de garantias, menos como serviço ao bem, à justiça e à verdade. Nenhuma autoridade tem o sentido de verdadeiro serviço ao bem comum quando sua sustentação não é a integridade moral. Isto significa dizer que não basta ocupar um cargo, ter sido eleito ou ter conquistado um lugar em razão da medição de desempenho ou mesmo de competência acadêmica. Não considerar esta dimensão é continuar a esvaziar o sentido autêntico da autoridade. Ora, uma autoridade exercida sem consistência moral da conduta pessoal e profissional de quem a exerce é um

exercício da autoridade sem espinha dorsal de sustentação e com força indispensável de convencimento.

Não é raro constatar que muitos querem cargos e se propõem ao exercício de responsabilidades que, antes de tudo, supõem a competência para o exercício da autoridade. Este exercício tem sua alavanca mais importante de sustentação na moralidade do sujeito, de suas propostas, de suas alianças e dos seus compromissos com o bem comum. Outro aspecto lamentável desta liquefação da autoridade na sociedade contemporânea é a incompetência dos indivíduos para o reconhecimento da autoridade, renunciando a uma referência relacional indispensável para manter o seu equilíbrio e articulação social. Está se perdendo o sentido da autoridade. Este fenômeno se revela na iconoclastia das atitudes de desrespeito ao exercício da autoridade, desde a maledicência gratuita e maldosa até o exagero da consideração de si mesmo como métrica e parâmetro de tudo. No respeito e exercício da autoridade está, pois, uma indicação para que a sociedade contemporânea reencontre o seu caminho de equilíbrio. Vale lembrar o que foi dito de Jesus, quando ensinava na sinagoga de Cafarnaum: “Ele ensinava como quem tem autoridade, não como os escribas”. (Mc 1,22)

**Dom Walmor Oliveira de Azevedo**  
Arcebispo metropolitano de Belo Horizonte

## Discipulado e Comunidade Política

O Santo Padre o Papa Bento XVI, no discurso inaugural da V Conferência dos Bispos da América Latina e do Caribe, Aparecida, maio de 2007, afirmou que existe “uma notável ausência, no âmbito político, comunicativo e universitário, de vozes e iniciativas de líderes católicos de forte personalidade e de vocação abnegada que sejam coerentes com suas convicções éticas e religiosas”. Esta análise constitui um desafio, de caráter provocativo e convocatório, posto aos discípulos de Jesus Cristo, cidadãos e cidadãs, participantes na construção da sociedade. No horizonte do discipulado está, pois, a exigência de se iluminar com a luz do Evangelho todos os âmbitos da vida social e política. Esta tarefa é desafiadora, por exigir coerência e fidelidade, e é, ao mesmo tempo, desafiada por um antigo laicismo exacerbado vigente na concepção da democracia. Um laicismo que se alia a um relativismo ético que se propõe como fundamento da democracia, e animam fortes poderes que pretendem refutar toda presença e contribuição da Igreja na vida pública das nações e a pressionam para que se retire para os templos e para seus serviços ‘religiosos’.

Consciente da distinção entre comunidade política e comunidade religiosa, base de sadia laicidade, a Igreja não deixará de se preocupar pelo bem comum dos povos e, em especial, pela defesa de princípios éticos não negociáveis porque estão arraigados na natureza humana” (Doc. de Aparecida 504). A conferência de Aparecida reconheceu que “depois de uma época de enfraquecimento dos Estados devido à aplicação de ajustes estruturais na economia, por recomendação de organismos financeiros internacionais, vê-se atualmente com bons olhos um esforço dos Estados em definir e aplicar políticas públicas nos campos da saúde, educação, seguridade alimentar, previdência social, acesso à terra e à moradia, promoção eficaz da economia para a criação de emprego e leis que favoreçam as organizações solidárias” (DA 76). Estes procedimentos comprovam que a democracia só existe, de fato, quando existe justiça social. Contudo, é preciso sublinhar os riscos grandes de se desviar desta perspectiva insubstituível para que se consolide a democracia e o progresso seja uma sua expressão autêntica. Vale sublinhar, no contexto das disputas eleitorais, o risco de se colocar o foco das discussões e encaminhamentos políticos nos parâmetros dos interesses e conchavos partidários, grupais e outros, até espúrios, gerando prejuízos para a sociedade.

Estes prejuízos se contabilizam quando a comunidade política funciona em torno de si mesma, das seduções pelos cargos e poderes, dos projetos pessoais, dos domínios regionais e da vergonhosa tendência de fazer valer interesses mais restritos. Este fluxo vem em detrimento do bem comum que a democracia exige como sua consolidação e autenticidade. Isto se constata facilmente no acompanhamento das discussões políticas. Há um vício que se configura ao se girar em torno de encaminhamentos e opções que deixam de fora as discussões substantivas acerca das questões sociais e políticas de interesse da sociedade, na sua expectativa por uma ordem social e econômica mais justa. Neste sentido, a discussão política se reduz a interesses e alianças partidárias sem incluir, suficientemente, avaliações do funcionamento das cidades, regiões metropolitanas e outras carências que estão encarcerando os mais pobres de maneira desonesta e perversa. Aqui a Igreja tem a tarefa,

com contribuição específica, à luz de sua Doutrina Social, de participar e colaborar na definição e conquista de políticas sociais e econômicas que atendam as várias necessidades das populações.

Neste percurso é preciso fomentar uma fecunda confluência das perspectivas éticas e humanísticas com as discussões próprias da comunidade política, com a participação de outros segmentos da sociedade, pela configuração de novos cenários sociais e políticos. Por isso mesmo, a comunidade política não pode perder de vista sua razão primeira de serviço ao bem comum e sua responsabilidade na implantação e manutenção de uma ordem social e econômica justa. Não se pode abandonar, nesta empreitada, a iluminação singular e insubstituível que vem de uma perspectiva ética, solidária e autenticamente humanista. Do contrário, as conquistas reconhecidas, no âmbito social e político, serão carcomidas pelo “recrudescimento da corrupção na sociedade e no Estado, envolvendo os poderes legislativos e executivos em todos os níveis, alcançando também o sistema judiciário que, muitas vezes, inclina seu juízo a favor dos poderosos e gera impunidade, o que coloca em sério risco a credibilidade das instituições públicas e aumenta a desconfiança do povo, fenômeno que se une a um profundo desprezo pela legalidade” (DA 77).

**Dom Walmor Oliveira de Azevedo**

Arcebispo metropolitano de Belo Horizonte

## Que obra fazes?

Em Cafarnaum, Jesus reencontrou-se com a multidão vinda de Tiberíades, onde tinham se saciado do pão por ele abençoado e repartido. Fez-lhes, naquela ocasião, uma importante advertência: “Em verdade, em verdade vos digo: estais me procurando não porque vistes sinais, mas porque comestes pão e ficastes saciados. Trabalhai não pelo alimento que perece, mas pelo alimento que permanece até à vida eterna e que o Filho do Homem vos dará” (Jo 6,26-27). No contexto deste diálogo, o Mestre foi interrogado: ‘Que obra fazes?’. Esta interrogação revela a inquietação dos corações na busca do entendimento adequado acerca do que se faz. Noutra ocasião, em Jerusalém, questionado em razão do que fizera em favor de um paraplégico, ao devolver-lhe a integridade, exclamou: “Meu pai trabalha sempre e eu também” (Jo 5,17). Nestas oportunidades, Jesus Mestre ensina que o trabalho tem uma significação que se situa num horizonte mais amplo do que um simples fazer ou um simples ajuntar resultados materiais para a garantia do bem estar.

Ao revelar-se e a Deus seu pai como trabalhadores, Jesus convida seus contemporâneos a um entendimento que tem no centro a compreensão do trabalho como fonte de dignidade e como referência indispensável para o sentido da vida dos seus discípulos. O trabalho do discípulo não pode situar-se numa perspectiva diferente daquela própria do seu mestre e do pai de todos. Esta compreensão do trabalho guarda na sua significação um tesouro inesgotável para inspirar a vida de todo trabalhador. Bem assim, para iluminar a compreensão da responsabilidade social e política de governos e segmentos variados da sociedade na geração de oportunidades para que toda pessoa humana experimente no seu trabalho a grandeza de sua dignidade e a nobreza de sua participação na construção de uma sociedade solidária e justa. A clareza desta compreensão tem sido comprometida, assinala o Documento de Aparecida 387, porque “a cultura atual tende a propor estilos de ser e viver contrários à natureza e dignidade do ser humano. O impacto dominante dos ídolos do poder, da riqueza e do prazer efêmero se transformou, acima do valor da pessoa, em norma máxima de funcionamento e em critério decisivo da organização social.

Na verdade, o criador, ao colocar a serviço do ser humano tudo o que foi criado, manifesta a dignidade da pessoa humana e convida a respeitá-la”. Portanto, é grande e desafiadora a tarefa de compreender o sentido autêntico do trabalho humano e sua vivência. Uma compreensão para determinar rumos novos na organização social e política. Esta organização social lida com números e estatísticas importantes. Causa impacto visitar as informações que explicitam o quadro do subemprego, remunerações desqualificadas ou da informalidade no trabalho, impactando sobre o cenário do momento presente, em razão da dignidade humana ferida, bem como a preocupação a respeito dos dias vindouros. Contudo, é preciso ter uma clarividência outra, advinda de um horizonte de compreensão que não permite negociar o valor intocável de cada pessoa, para alcançar ordenamentos sociais e econômicos que garantam oportunidades de trabalho a todos. É, pois, indispensável uma compreensão antropológica adequada. Esta compreensão precisa ser fecundada por perspectivas que estão para além de constatações de certos crescimentos ou de ufanismos governamentais na consideração do mundo do trabalho.

Há uma complexidade que está desafiando permanentemente a sociedade e requer das

diferentes instituições e segmentos uma compreensão que impulse na direção de uma atuação mais favorável aos trabalhadores e trabalhadoras. É oportuno, neste contexto, pensando os comprometimentos nesta questão central do trabalho, recordar a palavra do Santo Padre o Papa Bento XVI, no Discurso Inaugural da Conferência de Aparecida, que ‘a Igreja é advogada da justiça e defensora dos pobres’ diante das intoleráveis desigualdades sociais e econômicas. Esta defensoria, pensando o trabalho, trabalhadores e trabalhadoras, deve ser a bandeira de todas as instituições. Particularmente, este é o compromisso central dos governos no exercício da política. Corajosamente, o Papa Bento XVI, na sua Carta Encíclica ‘Deus é amor’, sublinha que ‘a justa ordem da sociedade e do Estado é dever central da política. Um estado que não se regesse segundo a justiça, reduzir-se-ia a uma grande banda de ladrões’, como dizia Santo Agostinho. A Igreja Católica tem, pois, um compromisso com os trabalhadores, inspirada na sua compreensão do trabalho como um bem de todos e que deve ser disponível para todos aqueles que são capazes de trabalhar. A compreensão que orienta a ação da Igreja e seu compromisso com o mundo do trabalho tem na sistematização de sua Doutrina Social uma riqueza inspiradora na resposta à pergunta: ‘Que obra fazes?’

**Dom Walmor Oliveira de Azevedo**  
Arcebispo metropolitano de Belo Horizonte